



# SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

## 15/02/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

### Procurador defende revisão da reforma trabalhista do ilegítimo Temer

O Ministério Público do Trabalho (MPT) quer participar do debate sobre a revisão da reforma Trabalhista, aprovada no governo do ilegítimo Michel Temer (MDB), em 2017, que acabou com mais de 100 direitos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e legalizou o bico, empregos sem direitos e com salários baixíssimos. A possibilidade de revisão da lei foi defendida pelo ex-presidente Lula depois que a Espanha decidiu fazer uma revisão na reforma neoliberal feita no país.

O Procurador-Geral do Trabalho, José de Lima Ramos Pereira, afirmou que a discussão é necessária porque a reforma “não entregou o que prometeu”. Pereira se refere a promessa do Temer de gerar mais de 6 milhões de empregos e aquecer a economia.

Um ano depois da reforma ser aprovada pelo Congresso Nacional, o que se viu foi o fechamento de três milhões de vagas formais e o número de desempregados no país alcançando, na época, 13,2 milhões de trabalhadores.

Apesar da revisão no Brasil não ser apoiada por candidatos de direita, o chefe do MPT disse ao Poder360 que é preciso deixar a política de lado e debater o assunto com “maturidade e seriedade”.

“Vamos aos fatos. Houve aumento dos postos de trabalho? Não. Temos, em 2021, 14,8 milhões de trabalhadores desempregados. A flexibilização com a terceirização bem ampla melhorou a vida? Não. Diminuiu a informalidade? Ao contrário, aumentou. Então, houve a melhoria da condição de trabalho? Não. Essa reforma de tantos pontos precisa ser revista”, afirmou o procurador-geral do Trabalho.

Para o procurador-geral do Trabalho, a ideia não é revogar ou manter tudo, mas identificar os pontos que não deram certo e buscar um caminho melhor.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 15 de fevereiro.

### Governo ignorou pareceres que apontavam inconstitucionalidade ao prorrogar desoneração

Os órgãos haviam apontado inconstitucionalidade e ilegalidade na medida, segundo informações que estão em documentos solicitados por um grupo de tributaristas, por meio da LAI (Lei de Acesso à Informação), e obtidos com exclusividade pela Folha.

Segundo parecer de 23 de dezembro de 2021, da Receita Federal, a recomendação era que a prorrogação fosse vetada, por desrespeitar tanto princípios da Constituição quanto obrigações previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A prorrogação da desoneração da folha divide especialistas em contas públicas e representantes de setores econômicos. Quem é favorável argumenta que a medida é importante para evitar de custos e perda de empregos, em um momento econômico delicado. Já os críticos argumentam que a medida é cara e tem baixa efetividade.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 15 de fevereiro.

### Projeto regulamenta regime híbrido de trabalho na CLT

Impulsionado pela pandemia, o trabalho em regime híbrido é uma realidade ainda não regulamentada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Para alterar essa situação, um projeto de lei em análise no Senado insere na principal norma trabalhista diretrizes para essa prática.

De autoria do senador Chico Rodrigues (DEM-RR), o PL 10/2022 traz alterações na CLT exatamente no capítulo destinado ao teletrabalho. Ele ressalta que a covid-19 gerou efeitos amplos em vários aspectos da sociedade, sendo o mundo do trabalho um dos campos mais afetados pelas condições especiais provocadas pela emergência internacional. “Uma das características desse fenômeno foi a generalização do teletrabalho, ou trabalho à distância, como forma de manter as atividades laborais e evitar a aglomeração de pessoas”, destaca.

Contudo, observa o autor, apesar de muitos trabalhadores se adaptarem bem ao trabalho domiciliar — por sua flexibilidade e proximidade à família —, muitas vezes não é possível ou não é desejada a condução totalmente remota das atividades laborais. Assim, o regime híbrido assume essa lacuna, prevendo períodos alternados de prestação de serviços em condições de teletrabalho (fora das dependências do empregador) com o presencial, no local usual de atividade.

Saiba mais em: CNTI, terça-feira 15 de fevereiro.

## **Mercado eleva projeção para Selic a 12,25% neste ano e vê inflação mais alta**

O mercado elevou a perspectiva para a taxa básica de juros ao final de 2022, depois de o Banco Central ter deixado em aberto o rumo da Selic e em meio à pressão inflacionária, ao mesmo tempo em que voltou a aumentar a projeção para a alta dos preços.

A pesquisa Focus divulgada pelo BC nesta segunda-feira (14) mostrou que os economistas consultados passaram a calcular a Selic agora a 12,25% no fim de 2022, contra taxa de 11,75% prevista na semana anterior. Para 2023 segue estimativa de Selic a 8,0%

O BC elevou a Selic em 1,5 ponto percentual pela terceira vez consecutiva no início do mês, a 10,75% ao ano, indicando uma redução no ritmo de ajuste na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), em março.

Na semana passada, a ata do encontro mostrou preocupação da autoridade monetária com a adoção de políticas fiscais que buscam controlar a inflação no curto prazo, em documento interpretado por parte do mercado como duro, embora não tenha avançado em informações sobre o percentual de aperto monetário que será adotado na próxima reunião do colegiado.

O Focus apontou ainda que a expectativa para a alta do IPCA este ano aumentou em 0,06 ponto percentual, indo a 5,5%, enquanto, para o ano que vem, segue em 3,5%.

O centro da meta oficial para a inflação em 2022 é de 3,5% e para 2023 é de 3,25%, sempre com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

A inflação ao consumidor no Brasil iniciou 2022 em desaceleração mas com a maior taxa para o mês de janeiro em seis anos, de 0,54%, indo a 10,38% no acumulado em 12 meses.

Para o Produto Interno Bruto (PIB), a estimativa de crescimento seguiu em 0,3% para 2022, mas caiu a 1,5% em 2023, de 1,53% antes.

Os analistas consultados pela pasta reduziram a expectativa para a dívida bruta do governo geral em 2022 para 83,55% do Produto Interno Bruto (PIB).  
Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 15 de fevereiro.

## **Inflação deve seguir elevada por mais tempo que previsto, diz presidente do BCE**

A presidente do Banco Central Europeu (BCE), Christine Lagarde, afirmou nesta segunda-feira que a inflação deve seguir elevada na zona do euro por mais tempo do que o anteriormente previsto, mas perderá força ainda em 2022. Ela discursou durante plenária do Parlamento Europeu, em Estrasburgo.

Lagarde disse que a pandemia deve continuar a ter um "peso negativo" sobre o Produto Interno Bruto (PIB) da zona do euro no início deste ano, mas comentou que a onda atual da covid-19, impulsionada pela variante Ômicron, parece ter um peso econômico menor do que as anteriores.

Além disso, ela dedicou espaço para tratar da inflação, notando que há temores entre pessoas da região sobre a trajetória dos preços. Ela admitiu que a inflação deve seguir elevada no curto prazo, diante de custos elevados no setor de energia, que pesam negativamente na atividade. Além desses custos de energia, gargalos na oferta pesam no quadro atual, notou.

Lagarde afirmou que o BCE adotará medidas "no momento certo" para ajustar suas políticas e garantir que a meta de 2% de inflação no médio prazo seja cumprida. Ela repetiu que a alta de juros não ocorrerá antes do fim das compras líquidas de títulos.

Comissário da União Europeia, Paolo Gentiloni afirmou nesta segunda-feira que os riscos para a inflação "são de alta" neste momento na zona do euro. Também durante discurso no Parlamento Europeu, ele disse que os riscos para o crescimento, por sua vez, são "equilibrados".

Gentiloni afirmou que não há evidências de que a inflação seguirá alta indefinidamente.

Segundo ele, ela deve ser elevada neste ano, mas perder fôlego em 2023.

Ele também afirmou que a questão sobre a possibilidade de adoção de um euro digital passará pelo Legislativo, que deverá decidir sobre isso.  
Saiba mais em: A Tribuna, terça-feira 15 de fevereiro.